

Registro de Tratamento de Dados Pessoais

Processo Judicial Eletrônico - PJe

Controlador	UNIÃO – TRT4
Endereço e Telefone do Tribunal	Av. Praia de Belas, nº 1100 Porto Alegre, RS CEP 90110-903 Telefone: 51 3255-2000
Sítio institucional sobre a LGPD	https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/lei-geral-de-protecao-d-e-dados-pessoais-lgpd
Centros de Tratamento	Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Av. Praia de Belas, nº 1100 /Porto Alegre, RS - CEP 90110-903, e Unidades Judiciárias do 1º Grau e 2º Graus.

Processo Judicial Eletrônico - PJe 1º e 2º Graus	
Gestor do sistema	Comitê Gestor Regional do PJe.
Finalidade do tratamento	Registro de autuação e movimentação de processos da 1ª e 2ª instâncias.
Titulares dos dados	Reclamantes, reclamados, terceiros interessados, peritos, leiloeiros e advogados cadastrados nos processos.
Fonte do Dado	Titular
São tratados dados sensíveis?	Não
São tratados dados de crianças e adolescentes?	Em casos excepcionais, são tratados dados de criança e adolescente.
Enquadramento legal	Art. 7º da LGPD (...) II - para o cumprimento de obrigação legal (...) Art 10º da LGPD I - apoio e promoção de atividades do controlador; e II - proteção, em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei. Art 11º, inciso II da LGPD (...) a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador; Art 23º da LGPD

Documento de acordo com o art. 9º da Lei 13.709/2018 e Portaria Nº 2.036, de 02 de agosto de 2021.

	<p>O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) , deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público (...)</p>
<p>Categoria de dados pessoais</p>	<p>I - do registro das partes: a) nome completo e endereço; b) RG (e órgão expedidor); c) CNPJ ou CPF; d) CEI (número da matrícula do empregador pessoa física perante o INSS); e) NIT (número de inscrição do trabalhador perante o INSS); f) PIS ou PASEP; g) CTPS; h) pessoa física ou pessoa jurídica; i) empregado ou empregador; k) código do ramo de atividade do empregador; l) situação das partes no processo (ativa/não ativa).</p> <p>II - do registro de advogados e estagiários: a) nome completo; b) endereço; c) número de registro na OAB, letra, unidade da federação; d) situação no processo (ativo/não ativo, registro suspenso, data de início da suspensão, data do término da suspensão, registro cassado).</p> <p>III - do cadastro relativo às partes e advogados: a) endereço; b) complemento (sala, bloco, apartamento, etc.); c) bairro; d) cidade; e) unidade da federação; f) CEP; g) telefone; i) correio eletrônico.</p>
<p>Categoria de destinatários</p>	<p>Os dados pessoais não são compartilhados com outras entidades públicas ou privadas, mas são acessíveis para consulta pelos magistrados e serventuários da Justiça.</p>
<p>Transferência internacional</p>	<p>Não</p>
<p>Prazo de conservação</p>	<p>Os processos são arquivados, mas não são</p>

	eliminados. Prazo indeterminado.
Local de Armazenamento	Banco de dados local
Medidas de Segurança	<p>Medidas administrativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais; ● Mapeamento dos dados pessoais; ● Política de Segurança da Informação; ● Adequações à Resolução CNJ nº 363/2021; <p>Medidas técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Operação de soluções de proteção do ambiente tecnológico como: firewall, antivírus de próxima geração, gerenciamento do acesso privilegiado, testes de segurança de aplicações web e de infraestrutura tecnológica, redundância e alta disponibilidade de ativos críticos, etc; ● Alinhamento de controles de segurança a padrões como ABNT NBR 27001:2013, CIS Controls v7.1;